

Educação Ambiental para o Meio Ambiente Rural: Uma Metodologia de Intervenção Psicopedagógica no Assentamento Rural do INCRA- Estrela D'alva em São Sebastião do Umbuzeiro – PB

Eduardo Figueiredo Moreira¹

UNAVIDA/PARAI'WA – Coletivo de Assessoria e Documentação
UNAVIDA-UVA Universidade Aberta Vida – Universidade Vale do Acaraú
E-mail: moreiraef@hotmail.com

Aresque Machado de Almeida

Universidade Federal da Paraíba / PARAI'WA – Coletivo de Assessoria e Documentação

Durval Leal de Araújo Filho

Universidade Federal da Paraíba / PARAI'WA – Coletivo de Assessoria e Documentação
E-mail: paraiwa@paraiwa.org.br

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Universidade Federal da Paraíba
E-mail: ludgleydson@ig.com.br

Resumo: *A oficina Escola do Caruá objetivou a implantação e execução de procedimentos e conceitos de Educação Ambiental aplicados ao ambiente rural. Através de uma estrutura de desenvolvimento sustentável, apoiada na tradicional cultura da bromeliácea caruá, presente na Região do Cariri paraibano. O projeto teve como missão realizar um estudo para revitalizar a produção extrativista da fibra do caruá; promover o desenvolvimento sustentável no assentamento e contribuir para melhoria da qualidade de vida das 53 famílias que ali subsistem no Cariri da Paraíba, semi-árido do nordeste do Brasil. Proporcionou-se aos assentados e alunos da Oficina Escola do Caruá, procedimentos para a implantação de uma metodologia em educação ambiental para o meio ambiente rural.*

Palavras Chave: *educação ambiental rural, assentamento rural do INCRA, intervenção psicopedagógica*

1. Introdução

O extrativismo do caruá (*Neoglaziovia variegata*) alcançou níveis significativos na década de 1940, antes do advento das fibras sintéticas ocasionado pela II Guerra Mundial e também, da expansão da lavoura sisaleira. A indústria do caruá foi tão expressiva que municípios como São Sebastião do Umbuzeiro - PB, outrora recebeu o nome desta bromeliácea. No vizinho estado de Pernambuco, cita-se como exemplo a cidade de Caruaru.

Há muito que se busca para o semi-árido nordestino, um modelo de convivência com a realidade do mesmo. As várias tentativas feitas têm sempre procurado incluir alternativas exóticas ao meio, ou que causam modificações significativas em algumas plantas nativas. O resultado é que as introduzidas são rapidamente esquecidas ou

mais danos do que benefícios e, a modificação das autóctones resultam em perda de conhecimento, tradição e conseqüentemente, aculturação. Entretanto, mesmo diante deste quadro algumas atividades esquecidas por razões econômicas, climáticas ou mesmo culturais podem ser resgatadas sendo transformadas em modelo de ocupação/trabalho e geração de renda.

A área geográfica deste estudo, Mesoregião da Borborema, Microrregião dos Cariris Oriental e Ocidental do estado da Paraíba é a de referencial mais seco na realidade brasileira. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente no seu Plano Nacional de Controle da Desertificação é zona de alta susceptibilidade a desertificação e de ocorrência muito grave (IBAMA, 1992). Localiza-se no bioma da Caatinga, Ecossistema Cariris Velhos. Neste ecossistema, encontram-se várias gradações fisionômicas em função principalmente de solos e vegetação. Destacam-se nestas, algumas zonas de solo arenoso com resquícios de vegetação lenhosa associadas com o caruá.

¹ Autor a quem toda correspondência deverá ser endereçada.

Em um momento em que se estabelece no País o Plano Nacional de Controle da Desertificação e no Estado, a Política Estadual de Controle da Desertificação, se faz necessário que algumas ações sejam desenvolvidas para conter este processo de degradação ambiental.

A cultura do caruá apresenta uma particularidade, pois só vegeta bem em associação com a vegetação nativa lenhosa. O que se traduz em um sistema agroflorestal natural, necessitando apenas de um estudo racional de extração. Por outro lado, existe uma procura elevada, na atualidade, por produtos artesanais e principalmente àqueles oriundos de comunidades reconhecidamente atreladas a projetos de cunho econômico-social como é o caso dos Projetos de Assentamento (PA's).

Ao se resgatar a atividade artesanal oriunda do beneficiamento e confecção de artefatos de caruá se consegue dois ganhos expressivos: a permanência da vegetação nativa garantindo a infiltração de água, a redução das perdas por erosão e a manutenção da biodiversidade da flora e fauna, e a geração de ocupação/trabalho com conseqüente geração de renda.

Não se sabe, no entanto, qualitativamente e quantitativamente, quais são as áreas remanescentes de caruá nos cariris paraibanos nem, as inter-relações atuais homem *versus* planta. Para se resgatar a cultura se faz necessário à coleta de dados e produção de resultados que norteiem esta ação de convivência com a semi-aridez a partir de uma planta nativa renovável, e que já foi fonte de renda para a região.

Por outro lado, não se pode ignorar questões mais complexas que envolvem a educação para a população do campo, no Brasil. Na verdade, pouco tem sido investido nessa área. As experiências existentes, por iniciativa do poder público, são inexpressivas ou, quando existem, não respondem, nem correspondem aos interesses e necessidades da população jovem e adulta do meio rural. O que se pode acompanhar, na história mais recente, é que tem sido no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, que se incorpora à luta pela educação e, conseqüentemente, pela cultura, pela cidadania, pela dignidade (Candau & Cols, 1999).

A constatação de que a educação rural no Brasil é marginalizada se reforça com as seguintes evidências: a) a escassez de dados que permitam uma leitura mais próxima do mundo rural e, particularmente, da educação no campo, mesmo quando mencionados nos documentos oficiais (LDB- Lei das Diretrizes Básicas da Educação; PNE – Plano Nacional de Educação; PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais), esta questão é tratada de forma marginal; b) Apesar da expansão quantitativa

da escola pública ainda é grande o número de crianças, em idade escolar, fora da escola, isto é, *excluídos*, pelo não acesso à escola ou pelo abandono escolar, gerando o contingente de jovens e adultos analfabetos e semi-analfabetos; c) a desvalorização e desqualificação do corpo docente é um fato que se amplia quando se trata de educação para o meio rural. Poucas são as experiências e programas de formação do educador que priorizam o rural e, dentro dele, o público jovem e adulto; d) ainda predomina no campo a presença das escolas isoladas (multisseriadas), como é o caso do Assentamento Estrela D'alva, o que compromete a qualidade do ensino para os que, sem outra opção, a ela tem acesso.

Diante desses dados, a instalação da Oficina Escola do Caruá no Assentamento Estrela D'alva, em São Sebastião do Umbuzeiro-PB, pode-se constituir, neste momento, numa resposta concreta de espaço educativo para as famílias desta localidade e numa contribuição para a conquista e uso do semi-árido em benefício dos que ali produzem seu sustento.

A questão ambiental insere-se no contexto psicossocial, uma vez que resguarda a característica fundamental desta área de estudo, que é o processo de interação social, e para isto, faz-se mister que as pessoas que interatuam percebam-se mutuamente (Moreira, 2002). Quotidianamente, através dos diversos meios midiáticos e outras formas de relacionamentos sociais, efetivam-se estas múltiplas formas de interação (OPAS/OMS, 2000).

Insere-se no âmbito de um convênio interinstitucional firmado entre o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; a OSCIP – Organização da Sociedade Civil e Interessante Público, PARA'IWA - Coletivo de Assessoria e Documentação, UFPB – Universidade Federal da Paraíba / Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários e Extensão - PRAC e da APROPED – Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Estrela D'Alva, em São Sebastião do Umbuzeiro-PB.

Para isso a presente pesquisa-ação tem como objetivo geral contribuir para o resgate, a valorização e o desenvolvimento do extrativismo do caruá de forma sustentada e racional, incentivando a produção do seu artesanato em assentamentos do Cariri da Paraíba, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Como objetivos específicos realizar um diagnóstico socioeconômico sobre a cultura do caruá, em termos qualitativos e quantitativos, nos Cariris Paraibanos, identificando as áreas mais promissoras ao resgate da sua cultura e que estejam prioritariamente dentro ou próximas aos Projetos de Assentamento do

INCRA (Instituto Nacional da Colonização da Reforma Agrária) – PB; responder à demanda concreta de um espaço educativo (escola) das 57 famílias do Assentamento Estrela D'alva; contribuir efetivamente para as mudanças e conquistas dos habitantes do local para a melhoria da qualidade de vida, e as relações sociais, com o mundo do trabalho e com o meio ambiente; constituir-se num espaço que possa resguardar a realidade cultural do campo e incorporar essa realidade ao projeto educativo-pedagógico da Oficina Escola; quantificação e qualificação dos bancos reserva da bromeliácea no PA Estrela D'alva; aferição do grau de aceitação/animosidade com relação ao resgate da cultura por parte das comunidades abrangidas.

2. Método

2.1 Participantes

A equipe de execução foi constituída de :

- 01 Coordenador Pedagógico;
- 02 Coordenadores de Área (sendo um representante da Comunidade);
- 04 Educadores/alfabetizadores;
- 01 técnico para administração e apoio.

2.2 Ações desenvolvidas no assentamento Estrela D'alva.

De acordo com os objetivos desta intervenção psicossocial e ambiental seguiu-se uma agenda de planejamento das atividades, dos módulos, das avaliações, estudos individuais em grupo de temas pertinentes, debates, capacitação e treinamento para a formação do agente multiplicador dos educadores ambientais ou mesmo *gestores* de ações positivas para o meio ambiente, nas quais os procedimentos de pensar, agir e partilhar se manifestem.

Assessoraram, portanto, o coordenador pedagógico na implantação e execução do Plano de Trabalho em seus momentos de **Pensar** (criar, planejar, construir, elaborar, discutir); **Agir** (ações pedagógicas, intervenção psicopedagógica, oficinas de criatividade, vivências, dramatizações, visitas ao campo – simulação de zoneamento e piquetes, construção do espaço de realização e ocorrências destas ações) e **Partilhar** entre a equipe pedagógica à comunidade e alunos, das ações concretas do plano junto ao público alvo da oficina Escola do Caruá.

O desenvolvimento dos trabalhos, deu-se em dois momentos distintos, porém inter-relacionados. O primeiro foi caracterizado pelo acompanhamento, qualificação e capacitação em Educação Ambiental para os componentes da equipe pedagógica ou multiplicadores, assessores do coordenador

pedagógico. O segundo momento, foi desenvolver o Plano de Trabalho junto aos alunos participantes da Oficina na implantação da Educação Ambiental adaptada ao meio ambiente da zona rural, entre assentados da reforma agrária.

Seguiu-se um planejamento que culminou com a estruturação em sistemas de módulos de conhecimentos específicos e interligados, no Módulo I, o tema: *A vida e o meio ambiente natural e construído depende da gente todos somos responsáveis para conservar e preservar tudo que existe no mundo – o meio ambiente rural do assentamento Estrela D'alva*. O Módulo II, o tema foi como conhecer o assentamento Estrela D'alva através das informações colhidas no zoneamento do caruá – *conhecendo o meio ambiente rural do assentamento estrela d'alva*. No Módulo III, o tema foi: *O caruá como matéria prima de qualidade de vida – o artesanato como economia sustentável para o assentamento Estrela D'alva*.

As atividades de educação ambiental com os alunos participantes da Oficina Escola do Caruá, constituíram finalidade de todo este processo de trabalho. Estruturaram-se, portanto, os seguintes procedimentos para estes grupos: realizaram-se encontros de estudo teóricos e práticos das questões ambientais: local, global e das relações com a realidade socioeconômica e sócio-ambiental na qual se operacionalizou a metodologia do plano de trabalho, através de dinâmicas de grupo, seminários, vivências, visitas no campo, arredores do assentamento que compõe a paisagem do meio ambiente natural e construído. Acompanhamento em todas as atividades didáticas com os participantes da Oficina Escola do Caruá.

3. Resultados e Discussões

A partir das ações desenvolvidas neste assentamento pode-se verificar as seguintes questões de impacto na sensibilidade dos atores sociais do seu entorno ambiental, no que diz respeito à utilização das potencialidades naturais da região de forma sustentada e racional.

No que concerne à realidade do assentamento, pode-se verificar um desconhecimento da legislação que rege a reforma agrária levada a cabo no país, denotando um aprofundamento desta dimensão da cidadania dos – assentados da reforma agrária. É relevante ressaltar que conduzidas pela equipe pedagógica entre os alunos, durante o Módulo III, leitura, reflexão e debates sistemáticos do Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária, publicação do MDA – Ministério do Desenvolvimento do Agrário/INCRA (Brasil, 2001). Embora seja uma atitude com atuação local ou

micro, outras atitudes que possam ser conduzidas para todos os Assentados poderiam ser viabilizadas através da APROPED – Associação dos Produtores Rurais de Estrela D’alva.

Ainda nesta Área de Assentamento pode-se verificar também um total desconhecimento das Legislações Ambientais do País. Avançam em níveis preocupantes a degradação ambiental nos Lotes dos Assentados, apesar das exigências de preservação em demarcar áreas restritas para reserva florestal e faunística, prevista em Lei, como também das áreas de uso coletivo (poços artesianos, açudes e barragens), percebe-se tal realidade em uma visitação despreziosa e rápida.

Inserir-se na dimensão acima, outro nível de providências que carrega celeridade e encaminhamento. A conservação e uso racional dos recursos hídricos do Assentamento, uma vez que, são visíveis instalações de carvoarias e olarias nas proximidades de poços, barreiros, e leitos de riachos. São incalculáveis os impactos negativos aos lençóis freáticos causados pela expansão do calor.

Pode-se verificar um ativo desmatamento das reservas de caatinga nativa para fins de carvoaria, principalmente das reservas ainda vivas, destinadas para estacas, lenhas e madeiras. Processo iniciado desde a criação do Projeto de Assentamento de Estrela D’alva, há exatos 4 (quatro) anos, numa área de aproximadamente 5.000 ha (cinco mil hectares), divididos em 53 (cinquenta e três) lotes de aproximadamente 81 ha (oitenta e um hectares), justificados pelos assentados como única fonte de renda, paradoxalmente, outros meios de sobrevivência como a caprinocultura é conduzida de forma extensiva e de manejos inadequados para os usos leiteiros e de corte.

Ressalta Viola (1987), que dentre as formas de inter-relação homem-natureza, o produto de ações predatórias, ao longo da história, levou algumas civilizações a desaparecer. O comportamento predatório não é novo na história da humanidade, não se restringindo nem aos últimos dois séculos de industrialização, nem ao final do século XX, com os problemas do lixo atômico acumulado, do efeito estufa e do enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera (Dias, 2000; WWF/BRASIL, 2000).

Em decorrência da preocupação com esta problemática, insiste-se hoje no surgimento do paradigma teórico da ecologia política e, principalmente, na proliferação de movimentos sociais ecologistas e de grupos sociais envolvidos diretamente com a questão ambiental (Krischke, 2000; Ribeiro, 2000). Foi em função do quadro mundial de degradação ambiental, percebido como problema global, que tomaram força os movimentos ambientalistas atuais (Warren, 1998).

Denota-se que a biodiversidade deste assentamento evidencia elementos de degradação causados pela caça predatória aos veados, mocós, onças, zabelês, emas, asa branco, azulão, apenas para citar a fauna autóctone, a vegetação nativa da caatinga como: aroeira, angico, umburana, baraúna e catingueira, também já são escassas na paisagem deste Assentamento, portanto os impactos humanos são cada vez mais danosos ao meio ambiente natural.

Pode-se verificar também, um processo de organização comunitária, através da APROPED, ainda muito incipiente, que se reflete na ausência de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), instrumento este, essencial para carrear recursos em diversos níveis e meio de implementar a prosperidade e qualidade de vida para o assentamento, como também, estabelecer interfaces institucionais com organizações Governamentais e Não-Governamentais. Para isto as representações municipais, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, deveriam ser convocadas não somente pelas lideranças do Assentamento, mas pelos cidadãos ali assentados para estabelecerem um cronograma de atividades organizativas com o intuito de promoverem debate conjunto para a construção do seu Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

Assim, ações de intervenção sócio-ambiental e psicopedagógica como as apresentadas são válidas, no sentido de possibilitar questionamentos acerca da percepção ambiental acerca do futuro das potencialidades da região, tendo em vista que se trata do semi-árido nordestino, que atualmente em sua grande parte encontra-se em processo de desertificação. Esta oficina de Educação Ambiental é pertinente na medida em que vislumbra uma sensibilidade quanto às potencialidades do uso dos recursos da região de forma a preservar, no que tange ao uso indiscriminado do meio ambiente.

4. Conclusões

O presente trabalho versou sobre a educação ambiental no assentamento rural na região do semi-árido paraibano.

Sugere-se que os órgãos gestores do meio ambiente, nas esferas, municipal, estadual e nacional, deveriam fazer-se presentes em assentamentos, através de parcerias com o INCRA, não somente para autuar, os impactos ambientais negativos em curso, mas estabelecer cronograma de eventos com o fito de esclarecer a comunidade assentada.

A conservação e a proteção da mata nativa de caatinga e extrativismo do caruá é binômio que se

complementa. É através do uso racional das reservas deste recurso natural, para ser viabilizado sua utilização em fibra na escala artesanal. Procedimento em médio prazo, devem ser planejados e implementados, e propiciar a população alvo deste projeto que assimile além das noções de Educação Ambiental, também, os princípios do associativismo e do cooperativismo, como instrumental de organização comunitária que prioriza a qualidade de vida.

Os procedimentos em Educação Ambiental devem ter e ser continuados e sob diversas abordagens. Uma intervenção introdutória, como a experiência relatada, que partiu de uma leitura da paisagem ambiental do Assentamento Estrela D'Alva, através da percepção que os assentados apresentaram de sua realidade sócio-ambiental, sócio-cultural e socioeconômica e das múltiplas relações interpessoais como também das interações com o meio ambiente natural e construído.

É válido mencionar que todo este conjunto de facetas requer, a formação de 'gestores ambientais', ou simplesmente cidadãos, que demonstrem algum tipo envolvimento e comprometimento para a manutenção da sustentabilidade. e de todos os fatores que assegurem a sobrevivência das gerações futuras no semi-árido. Contudo, o analfabetismo e outros problemas endêmicos da nação brasileira (subnutrição e desnutrição, saúde pública, acesso aos meios de comunicação e mídia), presente neste assentamento, soma-se ao coro dos excluídos das atitudes ambientalmente positivas, ou pró-ambientais.

5. Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Ceará. Manual dos assentados e assentadas da reforma agrária. 2001.

CANDAU, V. M.; COLS. Tecendo a cidadania – oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, Vozes, 1999.

DIAS, G. F. Educação ambiental – princípios e práticas. São Paulo, EDUSP, 2000.

IBAMA. Coletânea da legislação federal de Meio ambiente. Brasília (DF). TEMA – Programa Radis, v. 18, pp.3 – 4, 1992.

KRISCHKE, P. J. Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do cone sul. Florianópolis: UFSC, 2000.

MOREIRA, E. F. Estudo exploratório e descritivo dos conteúdos de estereótipos de estudantes universitários de João Pessoa-PB em relação aos ambientalistas. João Pessoa/PB: UFPB, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – Divisão de saúde e ambiente – Representação do Brasil. Atenção Primária Ambiental. Brasília-DF, 2000.

RIBEIRO, M. A. Ecologizar – pensando o ambiente humano. Belo Horizonte, Rona Editora, 2000.

VIOLA, E. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986), Rio de Janeiro, IUPERJ, 1987.

WARREN, I. S. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais: Viola, E. J. (Org). São Paulo: Cortez, 1998.

WWF/BRASIL – ECOPRESS. Educador ambiental – 6 anos de experiências e debates, São Paulo, WWF, 2000.

Responsabilidade de autoria

As informações contidas neste artigo são de inteira responsabilidade dos seus autores. As opiniões nele emitidas não representam, necessariamente, pontos de vista da Instituição e/ou do Conselho Editorial.